

Para professor, emendas não fortalecem Congresso

ANC P 7 14 MAR 1988

FOLHA DE SÃO PAULO

Da Sucursal de Brasília

O "presidencialismo imperial" não acabará, mesmo que o Congresso constituinte aprove alguma das emendas presidencialistas em debate, disse na última sexta-feira o cientista político norte-americano David Fleischer, professor da Universidade de Brasília. Isto porque nenhuma delas confere poderes suficientes ao Congresso, "que voltaria em poucos anos a ser um poder enfraquecido e castrado".

"Todos os presidencialistas tentam vender o peixe de que suas emendas valorizam o Legislativo e dão poderes bastante fortes para cercear o presidencialismo imperial", disse Fleischer, em entrevista à Folha. "Mas nenhuma delas chega ao ponto de dotar o Legislativo com os poderes que o Congresso americano tem. Então, a expectativa é de que elas não seriam suficientes para impedir a recriação do presidencialismo imperial".

Fleischer, um cientista de 46 anos, nascido em Washington, há 26 anos no Brasil, analisou as emendas sobre sistema de governo em debate no Congresso constituinte. Concluiu que as atuais propostas presidencialistas estão longe do sistema de governo dos Estados Unidos —tomado como paradigma de presidencialismo viável.

Nos EUA, a base do sistema é a ampla gama de poderes do Congresso americano —um contra-peso aos poderes do presidente. "Dai porque muitos chamam o sistema americano de 'presidencialismo parlamentarizado'", disse. Para aproximar-se do modelo americano, segundo Fleischer, o presidencialismo brasileiro teria que conceder os seguintes poderes ao Congresso:

A — "O Congresso teria que ter poder de apreciar todos os cargos de confiança —todos, até de segundo e terceiro escalões. E poder destituir os detentores desses cargos, quando precisar";

B — "Teria que ter poderes de investigação. Ter poderes fortes para intimar pessoas a depoimentos a respeito da execução de programas de governo no exercício atual, não apenas no exercício anterior";

C — "É preciso também dotar o Congresso com um regimento interno que favoreça a emergência de lideranças estáveis. Uma das medidas dos militares depois de 1964 foi mudar o regimento da Câmara e do Senado para impedir reeleição de mesas e presidentes de comissões, para que houvesse mudança total de dois em dois anos";

D — "Qualquer mudança referente a orçamento e tributação teria que ser aprovado pelo Congresso. O Congresso tem que ter total poder sobre orçamento e poder mudá-lo em qualquer item, para mais, para menos ou para zerá-lo."

Riscos do parlamentarismo

Já o parlamentarismo, se for aprovado pelo Congresso constituinte, terá pela frente um período "muito difícil", em torno de cinco anos, e para tornar-se um sistema viável terá que resolver imediatamente três grandes problemas, segundo Fleischer.

São eles: A— a formação, a curto prazo, de uma elite de alto nível e estável de funcionários públicos federais, com fim dos cerca de 50 mil cargos de confiança preenchidos hoje por critérios políticos a cada mudança de presidente;

B— O fortalecimento rápido dos partidos políticos para que assegurem, individualmente ou em coligação, maioria coesa e disciplinada ao governo parlamentarista;

C— A mudança imediata da legislação eleitoral, em duas frentes: de um lado, para acabar com a sub-representação dos Estados mais populosos no Congresso; de outro, para acabar com o atual sistema eleitoral proporcional, instituindo-se ou o sistema proporcional de listas fechadas ou a adoção do voto distrital misto.

Por isso, segundo Fleischer, os próximos três ou cinco anos depois de instalado o parlamentarismo seriam "um período de teste". Caso passe no teste, o sistema "poderá funcionar razoavelmente bem". A emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB—PE) é "exequível", mas padece de um grave defeito, segundo Fleischer.

"Não está bem esclarecido se os ministros militares serão vulneráveis a moções individuais de censura do Parlamento ou não — e isso os deixa bastante nervosos", disse. Este detalhe é improtante para a estabilidade do sistema, pois deixará os militares mais ou menos sujeitos às conjunturas políticas.

Fleischer sugeriu duas alternativas. A primeira, deixar explícito no texto constitucional o que chamou de "reserva de mercado" para os ministros militares. Estes não ficariam sujeitos a censura individual e só sairiam em caso de queda de todo o gabinete e do primeiro-ministro. E o caso do parlamentarismo francês, "em que os chefes militares devem sua confiança exclusivamente ao presidente da República".

A segunda alternativa é hoje virtualmente impossível de ser realizada. Seria a criação do Ministério da Defesa, que coordenaria todas as forças militares. Em caso de censura individual, só o ministro da Defesa cairia, não os chefes das três Armas. É assim, por exemplo, no parlamentarismo italiano, mas não será assim num eventual parlamentarismo brasileiro. Isto porque os atuais ministros militares já disseram aos constituintes que não aceitam o Ministério da Defesa.

Fleischer acha que o parlamentarismo no Brasil seria um mecanismo de diluir crises políticas, e a fracassada experiência parlamentarista de 1961/1963 não pode servir de parâmetro para o debate atual. "A única similitude entre as duas situações é que nos dois casos há uma conjuntura de crise", disse. "Mas a crise econômica agora é pior do que a de 1961".

Hoje haveria um fator político inexistente em 1961. "Temos o problema de um vice (José Sarney) que assumiu e se tornou indesejável pela maioria da classe política e até pela classe empresarial".

(Alexandre Polesi)